

VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS DE SANTA CATARINA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO¹

Luiza Oliveira Bezerra Batista², Profa. Dra Gabriela Maria Dutra de Carvalho³, Profa. Dra. Vera Márcia Marques Santos⁴

¹ Vinculado ao projeto “Violência de gênero evidenciada nas escolas: narrativas de professoras da Educação Básica”

² Acadêmica do Curso de Pedagogia – FAED – Bolsista PIVIC

³ Orientadora, Departamento de Pedagogia a Distância - gabriela.carvalho@udesc.br

⁴ Orientadora, Departamento de Pedagogia a Distância - vera.santos@udesc.br

Diante da problemática que representa a violência nos espaços formais de aprendizagem e admitindo o Estado de Santa Catarina como *locus* de pesquisa, buscou-se identificar as iniciativas voltadas para o enfrentamento e prevenção dos diversos tipos de violências que ocorrem nos espaços escolares. Há políticas públicas específicas no Estado que tratam desse tema? Há leis que amparam as vítimas nesses casos? Como as instituições de educação se comportam relativamente à temática? Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se, de uma pesquisa qualitativa de abordagem exploratória, que se valeu de um levantamento eletrônico em três plataformas de busca: o Google, o Google Acadêmico e o portal de periódicos da CAPES. Ademais, foram consultados dados do Núcleo de Atenção e Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na escola, o NEPRE.

De modo geral, percebeu-se que os resultados foram pouco expressivos. A iniciativa mais representativa de atuação contra as violências educacionais em Santa Catarina é o NEPRE. Trata-se de um programa vinculado à Secretaria de Educação do Estado, às GERED e às escolas da rede pública estadual. Também podem ser citados os esforços conjuntos do PROERD e do movimento “Santa Catarina pela Educação”. Quanto à legislação, trazemos o que segue:

Em âmbito federal:

- Lei n. 14.164 de 2021, que inclui o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos de educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à violência contra a mulher;
- Lei Federal n. 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Lei n. 11.465 de 2008, que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena;
- Lei Federal n. 8.069 de 1990, estatuto da criança e do adolescente em defesa dos seus direitos (ECA).

Em âmbito estadual:

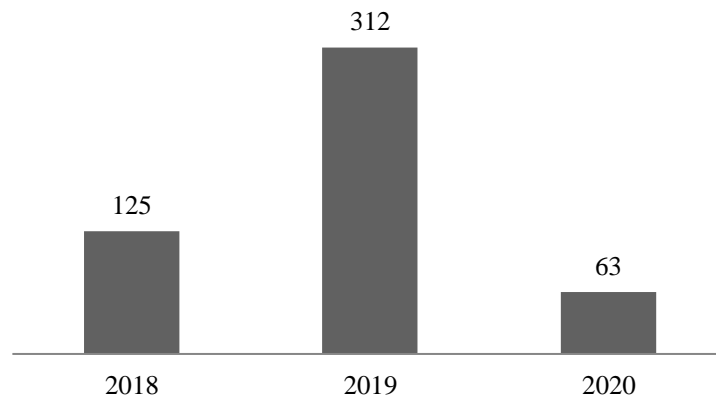
- PL n. 0086 de 2019, que inclui como atividade extracurricular obrigatória o conteúdo intitulado "História das mulheres do campo e cidade em Santa Catarina";
- Lei Estadual n. 13.185 de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullyng);
- Lei Estadual n. 16.794 de 2015, Plano Estadual de Educação (2015-2024);

- Lei Estadual n. 14.408 de 10 de abril de 2008, que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de ensino fundamental e médio do Estado de SC.

Em relação ao número de ocorrências de violências nas escolas da rede pública de Santa Catarina, observou-se uma elevação considerável entre os anos de 2018 e 2019 (Figura 1), decaindo no ano seguinte, com a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto em virtude da pandemia. Os tipos de violência mais registrados são a física e a verbal, possivelmente motivadas pela cultura machista que ainda assola a sociedade. As vítimas são, na maioria, do sexo feminino e os agressores do sexo masculino. Ambos se encontram, na sua grande maioria, nas séries finais do ensino fundamental.

Quanto ao levantamento de documentos sobre políticas públicas e violência nas instituições de ensino em Santa Catarina, pesquisados no Google Acadêmico, encontramos 15 trabalhos condizentes com o escopo da pesquisa, entre os anos de 2011 e 2020. Dentre eles, seis artigos, uma dissertação, um livro, uma mostra, uma nota técnica, um resumo expandido e quatro TCCs. Em relação aos locais de ação, seis desses trabalhos foram feitos em Florianópolis, um em Chapecó, um em Concórdia, um em Criciúma, dois em Itajaí, um em Praia Grande, e um em Xanxerê.

Figura 1. Evolução do número de ocorrências de violências nas escolas registrados pelo NEPRE online.



Fonte: produzido por uma bolsista da pesquisa.

Realizamos as entrevistas com as professoras das escolas (nome das escolas), em São José e em Florianópolis. Com essas entrevistas, viu-se a necessidade de formação de professoras quanto ao assunto violências educacionais.

Os próximos passos da pesquisa serão fazer um artigo por universidade; fazer grupos focais na escola Irineu Bornhausen, em Florianópolis, e no Centro de Educação Francisco, em São José, no mês de setembro; fazer de 3 a 5 oficinas nas escolas das entrevistas e elaboração de material didático.

Palavras-chave: Violência Educacional; Santa Catarina; Políticas Públicas.